



MOÇÃO

Não à Extinção de Freguesias

Não ao Documento Verde da Reforma da Administração Local

Não à Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2012

Pelo reforço de um poder local ao serviço das populações

Sobre um espectro de intenções e proclamações que pretendem dar a ideia de aprofundamento, eficiência e modernização das autarquias locais, o governo apresentou o denominado “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, que se consubstancia, na sua generalidade, num ataque sem quaisquer precedentes no pós 25 de Abril à autonomia e à vida democrática do poder local.

Se dúvidas houvesse quanto às verdadeiras intenções deste documento, basta verificar as propostas de subalternização e ingerência na actividade financeira, orçamental e de recursos humanos das autarquias locais, que, em detrimento da legitimidade dos eleitos locais para essas tomadas de decisão vem, por substituição, fazer depender essa vontade de membros do governo.

A “reorganização administrativa do território”, proposta por este documento verde, vem constituir um factor de empobrecimento do poder local, liquidando mais de duas mil freguesias e cerca de 20 mil eleitos locais, afastando-os da intervenção política e cívica, prejudicando o “governo de proximidade” e elo de ligação mais próximo e mais eficaz junto das populações.

Esta proposta de reforma mais não é que menorizar o poder local e a expressão democrática de representação política, expressa através do voto e confiança das populações nos “seus” eleitos, liquidando também por via da subversão do sistema de eleição, o seu carácter plural e democrático, através de um regime centralista e não representativo da vontade de cada uma das comunidades.

Também a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012 vem aprofundar, ao arrepião dos “floreados” do chamado Documento Verde, a asfixia financeira dos municípios e

freguesias, podendo a vontade do Governo traduzir-se em apenas duas expressões: “ou se liquida o poder local por via administrativa, ou se liquida por via da insustentabilidade financeira”. Efectivamente mais não se trata do que aplicar às autarquias locais medidas já gastas e de razão estritamente economicista de liquidação do serviço público.

Com esta PLOE, o Governo retira mais de 120 milhões de euros aos Municípios e cerca de 10 milhões de euros às Freguesias, relativamente a 2011. Na verdade, defraudando o principio constitucional de justa repartição de recursos públicos entre os diversos níveis de Administração, e não aplicando a “famigerada” Lei de Finanças Locais, os Municípios veem, em três anos, ser-lhes retirados quase 900 milhões de euros, e, no mesmo período homólogo, as freguesias cerca de 70 milhões de euros, daquilo a que efectivamente tinham por direito legal. Ao contrário o Governo “engrossa” o seu Orçamento, que em cerca de 5 anos teve um crescimento que duplicou as suas receitas!

Esta PLOE mais não é que um ataque profundo à administração local e aos seus trabalhadores, que assistem à perda das suas remunerações correspondentes aos subsídios de férias e Natal, os quais se irão somar às prorrogações das reduções salariais já em vigor, e ao corte nos valores devidos pelo trabalho extraordinário.

Estas propostas constituirão um rude golpe nos rendimentos familiares, com conseqüências drásticas nas condições de vida das famílias, e traduzir-se-á paralelamente numa retração da economia local, e na sobrevivência de muitas micro, pequenas e médias empresas, bem como no comércio e pequenos serviços locais.

A drástica, cega e continuada redução de verbas transferidas para as autarquias irá condicionar não apenas e só o necessário investimento em acções e projectos que visem a melhoria das condições de vida das populações, mas também aquilo que será certamente o mais essencial na vida local, como o cumprimento das funções básicas de serviço público, bem como o estímulo e apoio necessário ao movimento associativo, que na maioria dos casos tem exclusivamente no Poder Local o único parceiro para o desenvolvimento das suas actividades.

Desta forma, e considerando o que está em causa, quer com a Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2012, quer com as propostas consignadas no “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, os autarcas do distrito de Setúbal, reunidos no Seixal, em 19 de Novembro de 2011, não têm outra alternativa que não seja a de decidirem:

1. Rejeitar o “Documento Verde para a Reforma da Administração Local” e a Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2012, por estes se consubstanciarem em instrumentos orientados para a liquidação do Poder Local;



2. Rejeitar a campanha de condicionamento de opinião pública para o descrédito dos eleitos locais, promovida para justificar um ataque às autarquias, mas que, em ultima instância é dirigida às populações e ao serviço público;
3. Alertar as populações, o movimento associativo, os trabalhadores das autarquias e os agentes económicos locais para as consequências destas propostas no desenvolvimento local e na manutenção das condições de vida;
4. Manifestar solidariedade com os trabalhadores das autarquias locais, atingidos nos seus direitos, nos seus rendimentos e na sua estabilidade, quer pelas propostas do OE2012, quer pela ameaça de extinção de freguesias;
5. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo, às comissões de utentes e à população em geral, para a participação numa ação de protesto massiva, a realizar na manhã do próximo dia 30 de Novembro (votação do OE) junto à Assembleia da República, contra a liquidação das freguesias, pela manutenção da autonomia administrativa e financeira do poder local e pela melhoria das condições de vida das nossas populações.

Seixal, 19 de Novembro de 2011

Os Eleitos Locais do Distrito de Setúbal

